

LEI DE PATENTES

O projeto de Lei de Patentes foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 2 de junho passado. O texto final é contraditório e permite que multinacionais utilizem artifícios para patentear seres vivos e produtos resultantes da biotecnologia.

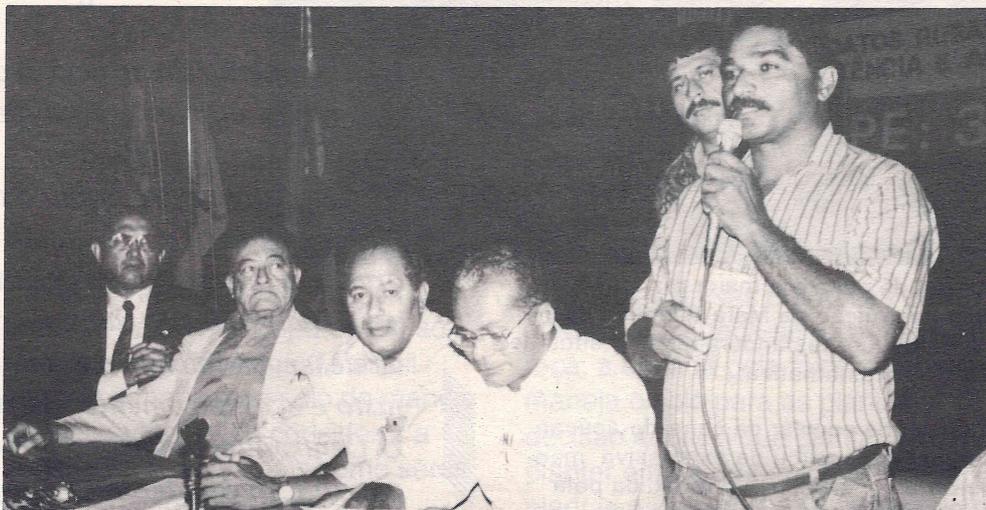
Apesar do alerta de várias entidades populares para que o projeto seja discutido com amplos setores da sociedade, os deputados preferiram ceder às pressões externas, aprovando um projeto que pode prejudicar a agricultura, os pequenos produtores, a economia do país e a sociedade brasileira. No momento, o projeto está no Senado, podendo ser modificado. Havendo alteração, ele voltará a ser apreciado pela Câmara Federal, que terá a decisão final.

Devemos pressionar os senadores através de cartas, telefonemas e abaixo-assinados, no sentido de exigir mudanças no projeto da Câmara que impossibilitem patenteamento dos seres vivos. Escreva para o SENADO FEDERAL, Praça dos Três Poderes, 79, 160-900 - Brasília-DF. Os senadores de Pernambuco são Mansueto de Lavor, Marco Maciel e Ney Maranhão. Os da Paraíba são Ney Suassuna, Humberto Lucena e Raimundo Lira.

ENTREVISTA

Avelino Ganzer, dirigente nacional da CUT, analisa as últimas ações do movimento sindical rural no Nordeste.

Página 7



O novo presidente da Fetape, Manoel José dos Santos, discursa na abertura do 3º congresso da Federação.

FETAPE ELEGE NOVA DIRETORIA

Com 465 votos foi eleita, no último dia 8 de agosto, a diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco Fetape. O 3º Congresso da federação confirmou a chapa única, formada por 26 membros e encabeçada por Manoel José dos Santos, que tomará posse em 6 de setembro próximo.

No novo estatuto, a executiva passa a ter sete membros e novas funções. Manteve-se os cargos de presidente, vice e secretário geral e criou-se as secretarias de finanças, assalariados, política agrícola e política agrária.

Na atual executiva, a grande maioria fez parte da direção passada, sendo alguns antigos diretores da Fetape e outros sindicalistas ligados a CUT. No seu discurso de abertura do congresso, Manoel Santos justificou a formação da chapa única declarado: "Nós não vamos racha. O racha só interessa aos nossos inimigos e eles não estão aqui". Além de eleger a

diretoria da Fetape, o congresso avaliou o trabalho da antiga direção e definiu metas para o próximo triênio.

Entre os desafios Manoel Santos lembra "a zona da cana, que não é só produtora de cana, mas também de miséria". Com a quebra de várias empresas e a ida dos usineiros para outros setores da economia, a produção de cana vem caindo. Reduzindo o período de safra ano a ano, a tendência é o aumento do desemprego. Diante disso, a luta será por reforma agrária na zona da mata canavieira.

E quanto à pequena produção? Antes o movimento sindical priorizava a luta pela posse da terra. Hoje as preocupações se ampliaram, passando por política agrícola, tecnologia, saúde e previdência, infra-estrutura social e produtiva. Articular estes dois campos de luta - assalariados e pequena produção - parece ser o grande desafio da próxima diretoria da Fetape.

**Balanco dos três meses das frentes produtivas de trabalho
Propostas para desenvolver o nordeste semi-árido**

Páginas 4, 5 e 6

REFORMA AGRÁRIA NA ZONA DA CANA

A Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco estima que a safra de 1993/94 terá uma perda de 50%, e que isto implicará na demissão de no mínimo 50 mil trabalhadores. Diante dessa previsão, a Associação reivindica do governo a renegociação dos débitos e a correção da defasagem de preços da cana-de-açúcar e dos seus derivados.

Frente a esse fato, é interessante perguntar qual tem sido a contribuição social e econômica da monocultura cana-de-açúcar?

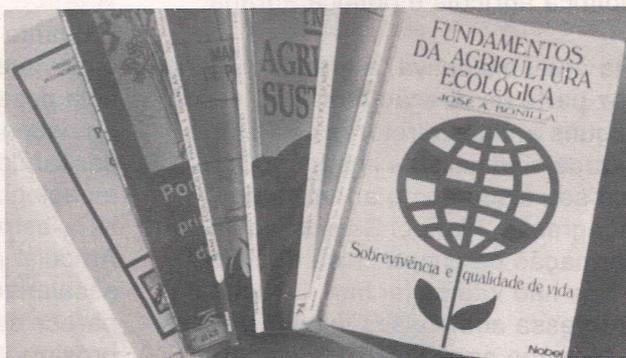
Ocupando grandes extensões de terra, a cultura de cana é a maior responsável pela destruição da Mata Atlântica de Pernambuco, restando apenas menos de 3% de floresta nativa.

A atividade secular da cana-de-açúcar sempre necessitou de expressiva mão-de-obra, inicialmente atendida pela escravidão indígena e africana e, posteriormente, pelos assalariados. Nas últimas décadas tem formado uma massa de trabalhadores rurais assalariados vindos da pequena produção familiar, acuada pela grande concentração de terra. Atualmente, esta mão-de-obra é absorvida por apenas 5 a 6 meses a cada ano.

A cana-de-açúcar da Mata nordestina vem deixando de ser produto competitivo, mantendo-se graças aos subsídios federais, que vem beneficiando especialmente os usineiros. Diante da previsão de queda da safra, a primeira reação dos donos de canaviais é demitir trabalhadores. A segunda, é pedir mais recursos ao governo. Este ciclo vicioso é antigo.

RESENHA

A agroecologia é uma nova forma de praticar a agricultura, onde o respeito a todos os seres vivos (e a relação entre eles) é o grande objetivo. Na construção deste novo modelo de agricultura a pesquisa e a elaboração de textos sobre o assunto são fundamentais. Neste sentido, o livro Fundamentos da Agricultura Ecológica - Sobrevivência e Qualidade de Vida é uma contribuição importante. O livro apresenta a evolução da



agroecologia na história da agricultura brasileira e faz uma comparação entre os modelos da agricultura moderna ("maximização lucrativa") e o da agricultura ecológica ("otimização

Prezado leitor,

Temos o prazer de comunicar-lhe o nascimento do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em 9 de Julho passado.

O crescimento do projeto Tecnologias Alternativas PE/PB, durante os oito anos de sua existências nos encorajou a assumir este novo desafio.

A equipe do Centro Sabiá dará continuidade ao trabalho desenvolvido pelo PTA, com os propósitos de fortalecer as organizações populares e sindicais do campo, a apoiar a pequena produção familiar rural, como base de um modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável.

O Centro funcionará no mesmo endereço e telefone do antigo PTA até dezembro. A partir de Janeiro/94 estaremos em novo endereço, que informaremos a tempo.

Certos de que continuaremos somando esforços para desenvolver a pequena produção e a agroecologia, saudamos a todos fraternalmente.

Marcos - Equipe do Centro Sabiá

DOIS DEDOS DE PROSA

informativo nº 9 Agosto de 1993 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá Rua Dom Bosco, 779 - Boa Vista 50.070-070 Recife-PE Tel (081) 222.1906/1874 Fax (081) 222.4252 EQUIPE: Avaniildo, Flávio, Joseilton, Kurt, Marcos, Vanderlucia; EDIÇÃO: Vanderlucia Silva (RG 1.583 DRT/PE); REDAÇÃO: Paula Albuquerque; ILUSTRAÇÃO: Domingos Sávio; DIAGRAMAÇÃO E ARTE: José Tavares Jofilsan; CIRCULAÇÃO: Marleide e Ariluce

produtiva"). Em seguida, aprofunda os aspectos básicos do modelo ecológico, tais como: conservação e melhoramento da capacidade produtiva do solo; nutrição vegetal e sua relação com pragas e doenças; rentabilidade da propriedade agrícola, etc. O autor é o engenheiro agrônomo uruguaio José Bonilla, atual professor da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do projeto "Qualidade Total", da secretaria de agricultura do Estado de Minas.

Fundamentos da agricultura ecológica - sobrevivência e qualidade de vida. José Bonilla 260 páginas. Editora Nobel, 1992.

Um novo jeito de plantar

Uma planta, qualquer que seja, não nasce ao acaso, pela sua própria vontade. Nasce porque o solo precisa dela para melhorar. E desaparece quando ele não mais precisa. A simples presença de algumas plantas nos dão pistas sobre a situação da terra. Assim, podemos conhecer o solo aprendendo a observar o que está acima (plantas e animais) e ainda o que está embaixo dele (micróbios).

Existem naturalmente no solo, por anos e anos, bancos de sementes que germinam quando o solo permite. Então, ao contrário do que muitos já pensaram e pensam, o solo não serve apenas para segurar a planta. Ele é um ser vivo. Este é um dos fundamentos da agricultura ecológica ou simplesmente Agroecologia.

Outro aspecto fundamental da agroecologia é o reconhecimento da importância dos microorganismos (micróbios) e da matéria orgânica do solo no desenvolvimento das plantas. Para esse desenvolvimento acontecer da melhor forma, não podemos cuidar só das plantas, como acontece na agricultura tradicional.

A agroecologia prefere cuidar da vida da terra. Vem daí o zelo e o estímulo aos micróbios e à matéria orgânica. Com uma terra equilibrada as plantas podem retirar seus "alimentos" na medida de suas necessidades. Pois, "não existe jeito de fazer uma adubação completa sem desequilibrar a planta e o meio ambiente", explica a agrônoma Maria José Guazzelli. Ela também lembra que, apesar do problema de concentração de terra, presente em todo o país, o solo é o recurso natural que o produtor mais pode manejar.

Participantes do curso observam solo de um assentamento (Mata Atlântica/PE)



Então, na agricultura ecológica o produtor só se preocupa com o solo? Dentro da agroecologia "é difícil separar o manejo do solo do manejo da vegetação". Não considerar a vegetação e os animais como seres integrados ao solo provoca um desajuste geral do meio ambiente e compromete a fertilidade da terra. Pois essa terra é o resultado das plantas que lá estão, do mesmo modo que a vegetação (nativa) é o produto da terra.

Para saber o que fazer, quando fazer e como fazer para cultivar bem uma área de terra é preciso compreender a região onde ela está localizada. Fazemos isso observando o ambiente ecológico, os tipos de vegetação e de animais que existem, e identificando o que havia antes. Para isso, não basta um olhar distraído, enxergando a mata como um amontoado de bichos e plantas. É necessário vê-la como um ser vivo, como um jeito próprio de viver. Na floresta tudo é importante, desde o menor bichinho.

Tudo isso e muito mais foi conversado e aprofundado no Curso Biologia e Manejo do Solo, realizado pelo PTA (atualmente Sabiá), de 31 de maio a 2 de junho deste ano, em Camaragibe-PE. Participaram 42 pessoas, entre técnicos e produtores, que debateram e ouviram da agrônoma Maria José Guazzelli o que propõe a

agroecologia. Nas propostas da agroecologia troca-se a capina pela roça, a enxada pela foice e não se maneja o solo para as plantas. A decisão sobre o que plantar e como plantar é tomada pensando as plantas para o solo, e observando a situação do solo através das plantas que lá estão, principalmente árvores.

Mas quem está pensando que a agricultura ecológica só se preocupa em manter a capacidade de produção do solo (o que já seria muito), enganou-se. A agroecologia pretende criar uma atividade agrícola voltada para os interesses da comunidade e dentro disso entra a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos e não só com quantidade. Inclui-se também a preocupação com as condições de produção do agricultor e com o meio ambiente.

A agroecologia quer recuperar a antiga relação de amor do homem com a terra. Terra onde o homem não é o centro, apesar de sua grande importância. Ou como disse melhor o chefe índio Seattle, em 1854: "A terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Tudo está ligado, como o sangue que une uma família. Tudo o que acontece à terra acontecerá aos filhos da terra. O homem não teceu a rede da vida, ele é só um dos fios. Aquilo que ele fizer à rede da vida, ele fará a si próprio".

Quando se fala em semi-árido nordestino a gente lembra logo de pouca água, de terra rachada, de seca. Quando se fala de seca, do que é que a gente lembra? Cestas básicas, saques, frentes de emergência. Não são as melhores lembranças que podíamos ter...

Mas a gente do sertão quer mudar esta história e semear novas e boas lembranças na memória do semi-árido. Neste sentido, os trabalhadores aceitaram o desafio lançado pelo presidente da república, na época do acampamento da sudene. Reuniram num só escrito todas as propostas de ação que circulavam pelo movimento sindical e pelas organizações de apoio e assessoria. O resultado está no documento: "Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semi-Árido Brasileiro".

O documento foi concluído durante o Seminário Regional, realizado de 10 a 13 de maio deste ano. Dele participaram 152 pessoas, ligadas a 111 organizações, entre elas: CUT Nacional, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, representantes dos Povos Indígenas, ONG's, técnicos do governo, além de agências de cooperação internacional.

PEQUENA PRODUÇÃO INVESTIMENTO NO I

*Visando a superação da problemática da
de desenvolvimento perm*

Os objetivos do programa elaborado pelos trabalhadores é promover o desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido através de ações permanentes que melhorem o nível de renda das famílias, incluindo outras melhorias como: saneamento, eletrificação, educação e transporte. Tudo isso somado ao fortalecimento da organização dos camponeses. Para alcançar esses objetivos, os trabalhadores cobram do governo investimento na pequena produção. Afinal, são as próprias pesquisas governamentais que apontam as pequenas propriedades (até 100 ha) como as maiores produtoras de alimento, superando, em média, 80% a produção dos estabelecimentos superiores a 1.000 ha.

Dividido em seis blocos, o Programa de Ações Permanentes do Semi-Árido trata do controle das políticas públicas (e a própria administração dos recursos do programa). Defende propostas nas áreas de políticas agrícola e agrária; agroindústria e atividades não-agrícolas; infraestrutura produtiva e serviços sociais

básicos, além de outras propostas para o desenvolvimento tecnológico comunicação rural e preservação ambiental (veja quadro). O documento foi apresentado pela Contag e Federações numa sessão da Comissão Nacional do Programa de Frentes Produtivas, no dia 3 de julho, com a presença do superintendente da Sudene, Cássio Cunha Lima, e da Comissão de Seca do Congresso Nacional. Vários deputados federais receberam cópias do documento. Na ocasião, o movimento sindical solicitou um momento menos festivo

O Programa de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido Brasileiro reúne propostas da sociedade civil. A seguir um resumo dessas propostas

1. Gestão do Programa e Controle das Políticas públicas

A fim de reduzir custos dos programas e acabar com desvios e corrupção nas políticas públicas para o Nordeste, defende-se que as organizações dos trabalhadores assumam a execução das atividades. As ONG'S ajudariam na parte administrativa dos projetos e os órgãos públicos atenderiam nos serviços e assessorias solicitadas. Garante-se a participação dos agricultores de outros setores da sociedade nos órgãos colegiados (comissões) de gestão do programa.

2. Política Agrária

A reforma agrária deve ser pensada e executada com a participação dos trabalhadores e seus órgãos de classe, a fim de oporem sobre



A ocupação da Sudene (16.03.93) marca um novo tempo para a pequena produção: o tempo de participar com propostas concretas no desenvolvimento do semi-árido.

COBRA DO GOVERNO

NORDESTE SEMI-ÁRIDO

Contag, movimento sindical entrega um programa

Programa do Nordeste Semi-Árido.

onde o Programa Permanente pudesse ser de fato discutido. No mesmo dia uma reunião dos sindicalistas com a Comissão de Seca do Congresso e o superintendente da Sudene cumpriu esse objetivo. Cássio Cunha Lima gostou do programa: "é uma proposta séria, que tem alma, tem coração", disse ele. O movimento sindical e as entidades de apoio e assessoria foram então convocadas para apresentar o programa na Sudene.

Segundo o assessor da Contag,

Expedito Rufino, quatro pontos do programa chamaram mais a atenção de Cássio Lima. Foram as propostas nas áreas de gestão, estrutura, financiamento e negócios não-agrícolas. Nada disso é tocado no Plano de Ação Governamental para o Nordeste - PAG, elaborado recentemente pelos técnicos do governo.

Após uma semana de trabalho dos sindicalistas e de seus assessores dentro da Sudene, o PAG/Nordeste foi reformulado. Passou a incorporar capítulos sobre gestão, crédito

diferenciado para o semi-árido, sobre a importância da reforma agrária e um fundo específico para o financiamento de obras de infraestrutura que vão beneficiar a população rural e a produção. Segundo Expedito Rufino, o pequeno produtor não deverá pagar mais do que uma conta de água e de energia elétrica por essas melhorias, tal como já acontece com a população das cidades.

Na avaliação de Rufino, o plano do governo não contém a visão dos trabalhadores sobre os problemas do semi-árido, mas está próximo disso. O PAG já está sendo estudado pelas Fetag's do Nordeste e deverá ser debatido dia 12 de agosto, no Recife, numa segunda etapa do Fórum Nordeste.

PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL

áreas a serem desapropriadas e no processo de assentamento, garantindo condições de vida e de produção para os assentados.

2. Política Agrícola Diferenciada

Este item orienta em sistemas de produção agropecuária, seguro agrícola política de preço mínimo e comercialização. Solicita que o acesso ao crédito seja facilitado e que ele financie investimentos para toda a propriedade. Para fortalecimento e ampliação do sistema cooperativo são reivindicados programas de financiamento, assistência técnica e infra-estrutura.

4. Agroindústria e Atividades Não Agrícolas

A agroindústria associativa é uma das soluções para os problemas de comercialização agropecuária. Atualmente, este produto é comercializado sem beneficiamento, o que prejudica muito a renda do pequeno produtor. Sobre as

atividades não agrícolas (oficina mecânica, carpintaria, etc) é solicitado dos programas de desenvolvimento o estímulo e fortalecimento dos pequenos negócios, priorizando os jovens. Assim, mantém-se na zona rural uma renda que normalmente é desviada para os centros urbanos.

5. Infra-estrutura produtiva e serviços sociais básicos

A infra-estrutura de energia, estradas, transportes e comunicação deve atender, prioritariamente, às necessidades da pequena produção agrícola e não-agrícola. Inclui-se, também, saneamento rural e serviços de educação e saúde que valorizem a cultura da mulher e do homem camponês.

6. Desenvolvimento Tecnológico, Comunicação Rural e Preservação Ambiental

Defende-se uma re-orientação da política de desenvolvimento científico e tecnológico. Propõe-se aperfeiçoamento e novas pesquisas

nas áreas de clima, degradação ambiental, recursos minerais, captação e manejo da água, conservação e manejo do solo, etc. Indica-se a participação do agricultor. Todas as propostas acima influenciaram muito o Plano de Ação Governamental através de lei (passando pelo Congresso Nacional) ou através da Sudene, o que seria mais ágil. Mas por que um plano governamental contempla tanto os interesses da pequena produção? Primeiro, tivemos o acampamento da Sudene, e a sugestão dos trabalhadores de criar as comissões (incluídas no plano). Apesar da falta de paridade e dos problemas nas frentes produtivas, os trabalhadores rurais ocuparam um novo espaço. Depois, aceitaram o desafio de Itamar e elaboraram um programa de ações permanentes para o semi-árido, que influenciou bastante no plano da Sudene. A participação dos trabalhadores e de outros setores da no plano da Sudene. Essa influência no PAG significa mais uma conquista dos trabalhadores rurais organizados.

O Presidente Itamar Franco liberou, no dia 14 de julho, 110 milhões de dólares, o equivalente a 7 bilhões de cruzeiros reais. Esta verba será destinada ao financiamento de mais dois meses do programa de frentes produtivas de trabalho, mas atende somente aos atuais 1.200.000 inscritos.

Portanto, apesar da remuneração de cada trabalhador ter sido atualizada para meio salário mínimo, as inscrições não foram dobradas, conforme era esperado. Além disso, as perdas salariais acumuladas nos três primeiros meses do programa, não serão pagas.

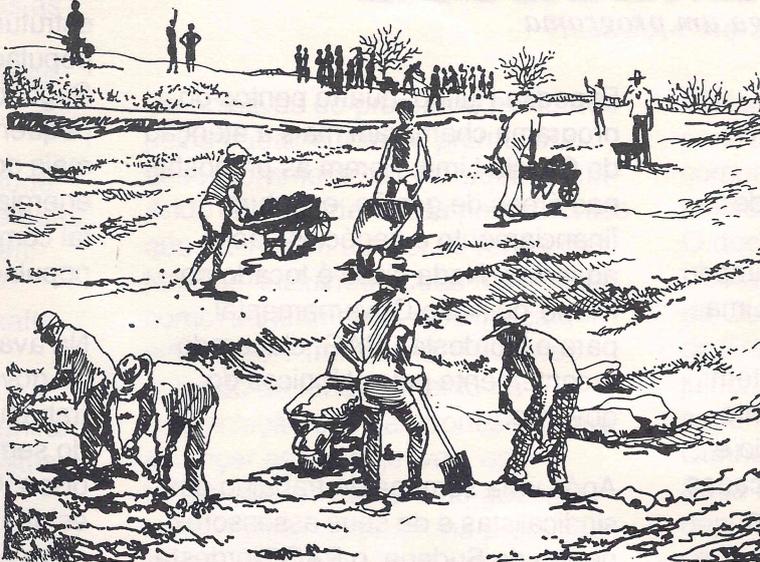
Mas, de fato, depois de passados mais de 90 dias da implantação do programa de frentes, o que foi que mudou na vida do nordestino atingido pela seca?

Na opinião do presidente da Contag, Francisco Urbano, o programa ainda não significou uma mudança por dois motivos. "Primeiro, os políticos, vereadores, os esquemas anteriores tentaram atrasar as inscrições e não fazer a seleção junto com os trabalhadores das obras. A intenção era desmoralizar esse processo, colocar a responsabilidade nas lideranças sindicais e assim poder dizer que os prefeitos faziam isso muito melhor. Segundo, porque o governo federal e os estaduais estão descumprindo o que ficou aprovado nas negociações do programa".

O primeiro desvio ocorreu nas comissões. Na Comissão Nacional, com a retirada dos representantes da Igreja e das ONG's, os trabalhadores ficaram apenas com um voto perante os quatorze votos dos demais representantes. Ou seja,

FRENTES PRODUTIVAS

Após 90 dias de programa nada mudou no semi-árido



deixou de existir a igualdade de forças que o Movimento Sindical estava querendo entre o poder público e a sociedade. Sem essa igualdade, tanto a Comissão Nacional, como as estaduais e municipais deixaram de ser paritárias. - Com os atuais representantes, as comissões poderão servir somente para proteção do jogo eleitoral. Quem afirma é Francisco Urbano, revelando que "alguns governadores e prefeitos inscreveram pessoas que não são camponeses, inclusive funcionários públicos. E além disso, deslocaram recursos para atividades urbanas e incluíram municípios que não estavam previstos no programa". Soma-se a esses desvios citados por Urbano, os atrasos no pagamento dos inscritos nas frentes. A remuneração foi negociada para ser metade do salário mínimo, mas chega no bolso do trabalhador valendo um quarto desse valor. Não bastasse tudo isso, a chuva esperada não veio, o que aumentou o número de trabalhadores carentes. Por conta disso, o Movimento Sindical passou a reivindicar que o programa continue e seja ampliado recuperando também o valor do pagamento para metade do salário

mínimo. Em negociações realizadas no mês de junho, os sindicalistas conquistaram o apoio do superintendente da Sudene e dos governadores para essas reivindicações. Ou seja, foi acertado que o programa deveria funcionar até o início da colheita (o que varia de Estado para Estado), e que o número de inscrições seria dobrado, passando para dois milhões e quatrocentos mil.

Os recursos liberados em julho pelo presidente ainda não garantiram isso.

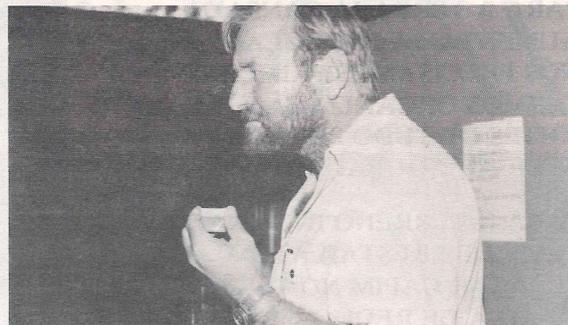
Mas, segundo o assessor da Contag, Exedito Rufino, existem ainda 570 milhões de dólares do PAPP que podem reforçar as Frentes Produtivas. Essa quantia somada à participação (de 40%) do governo no próprio PAPP dá cerca de 18 bilhões de cruzeiros reais.

Os governadores do Nordeste tentam trazer esses recursos para os seus Estados, mas sem o objetivo de utilizá-los nas frentes do trabalho. Diante disso, Exedito Rufino esclarece que o líder do governo na Câmara dos Deputados e os ministros da Fazenda e do Planejamento se comprometeram de apoiar os trabalhadores, enviando os recursos do PAPP para dar continuidade ao programa emergencial. Se isso se confirmar, será possível dobrar o número de inscrições e estender o programa até dezembro. A Contag pretende lutar para que esse prazo se amplie até março do próximo ano, com a colheita assegurada (no caso de bom inverno) e a garantia de meio salário mínimo mensal.

ATUAR NO REAL E NO IDEAL

" Eu não vejo aprofundamento da democracia no Brasil se não mudarem as formas de se elaborar os orçamentos e a sociedade civil continuar sendo marginal"

Avelino Ganzer, nascido no Rio Grande do Sul, foi para a Transamazônica com os pais em 1972, aos 24 anos de idade. Lá participou de trabalho pastoral, fez oposição ao sindicato e em 1980 entrou para a diretoria. Em três anos elegeram-se presidente do STR de Santarém e foi um dos fundadores da CUT. Atualmente é o vice-presidente da central, presidente do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais e um dos diretores da Federação do Estado do Pará. Em entrevista ao Dois Dedos de Prosa analisa a atuação do movimento sindical nordestino frente à problemática da seca, apontando os principais desafios.



DDP - O que o senhor espera do governo Itamar diante da Lei de Reforma Agrária, aprovada em 25 de fevereiro último?

GANZER - Foi todo um processo de mobilização, depois de cinco anos é a regulamentação. O Itamar vetou uns oito artigos a pedido do Movimento Popular. Ao mesmo tempo agora na aprovação do orçamento da União, basicamente não destinou recursos para a implementação da Lei de Reforma Agrária. O que eu temo é o seguinte: se a sociedade não se mobilizar, corre o risco desse Congresso votar e derrubar os vetos do Itamar. Então é evidente que o Governo Itamar, tanto em relação a Reforma Agrária, como qualquer outro processo, depende efetivamente, até pela sua caracterização da mobilização popular exercida.

DDP - A respeito de mobilização popular. A ocupação da Sudene provocou, em termos de ação imediata, um programa de frentes produtivas de trabalho. Da parte do governo o senhor acredita que houve uma mudança ou continua a mesma postura de ações emergenciais?

GANZER - A indústria da seca é essa vergonha nacional. Esse processo da indústria da seca criou uma mentalidade viciada nos governos, nos políticos, nas autoridades. E, desgraçadamente, o nosso movimento sindical, em sua grande maioria, contribuiu essa relação com o Estado. O Estado meio que comprando muitas lideranças. Claro que esse momento (ocupação da Sudene) tem uma característica nova. Qual é? É de ter tido uma ação do

movimento, minimamente organizado, e um acúmulo de conhecimentos, de forças, de energia e da possibilidade de formar uma política de alianças, onde o movimento sindical, o movimento popular, as ONG's, setores da Igreja, compreendem que podem intervir de forma organizada, mantendo a autonomia de cada um, mas se unindo em torno de propostas claras. Então, nesse ponto, tanto as ações emergenciais, como a possibilidade da gente elaborar uma proposta alternativa de desenvolvimento da região poderá acontecer num processo extremamente diferente, com objetivos lá no final.

DDP - Então senhor acha que houve um salto de qualidade da ação do movimento sindical, dos trabalhadores e das organizações daqui do Nordeste nessa ocupação e após essa ocupação?

GANZER - Acho que está tendo. A qualidade vai ser testada agora, no sentido de manter nas frentes a ação reivindicatória de defesa dos interesses dos trabalhadores e ao mesmo tempo, mobilizar e manter a independência frente ao Estado e aos partidos políticos. Eu acredito nesse salto. Agora, o nosso movimento sindical, grande parte ainda das federações, grande parte dos sindicatos, etc, e setores da igreja, estão comprometidos ainda com a politicagem, uma cultura antiga, corrupta e precisam ser atinidos pela nova ordem da ética na política, da construção de novos valores.

DDP - Na sua opinião, qual deveria ser então a atuação do movimento, assim a longo prazo, para combater as ações da indústria da seca?

GANZER - Nós temos que atuar no ideal

e atuar no real. Atuar no real é se preparar cada vez mais para discutir essa conquista emergencial e fazer dela um momento de organizar, construir novos caminhos, acumulando para atuação no estratégico. E aí temos que ter propostas. Atuar, por exemplo, conquistando projetos para desenvolvimento da região, adaptados à cada realidade, buscando recursos do governo federal. Mas, esse processo tem que ser conjunto, onde tá Contag, CUT, governo, outras entidades da sociedade civil na elaboração e na disputa.

Nós temos que disputar, por exemplo, a questão dos fundos constitucionais, o caso de FNE e os recursos do PAPP.

Por informações extra-oficiais, são quase dois bilhões de dólares que já estão no cofre do BNB (no caso do FNE). Esse fundo tem sido direcionado novamente para grupos econômicos. Eu vejo que nós temos que preparar todo o movimento sindical, o movimento popular, a sociedade civil para atuar e disputar os orçamentos dentro do governo federal, dos governos estaduais das prefeituras. Eu não vejo processo de aprofundamento da democracia no Brasil se não mudarem as formas de se elaborar os orçamentos e a gente continuar sendo marginal da elaboração dos orçamentos enquanto sociedade civil. "Então nós vamos ter que atuar no real, no dia-a-dia, na questão emergencial, mas nos fixar também na atuação de um projeto permanente e levar esse debate do modelo alternativo ao nosso povo. Esse é o novo papel de uma central, o papel do movimento sindical. Nós não estamos muito preparados. Agora, nós temos que nos preparar é fazendo".

Versos e Prosas

IVAN BARBOSA, Agricultor e poeta popular - Bom Jardim - PE

PARA A TERRA JÁ CANSADA
AUMENTAR A PRODUÇÃO.
NÓS PRECISAMOS PRIMEIRO
TERMOS ORGANIZAÇÃO
ANTES DE TUDO PRECISA
APLICAR ADUBAÇÃO.

PARA O TERRENO INCLINADO
TEM QUE PRESTAR ATENÇÃO
PLANTAR CAPIM NO TERRENO
É FAIXA DE REDUÇÃO
PARA SUSTENTAR AS ÁGUAS
DIMINUINDO A EROSIÃO

PRECISAMOS DE FAZER
UMA COBERTURA MORTA
SE NELA CRIAR INSETOS
PARA A GENTE NÃO IMPORTA
O SOLO FICA MAIS FÉRTIL
PARA FAZERMOS UMA HORTA

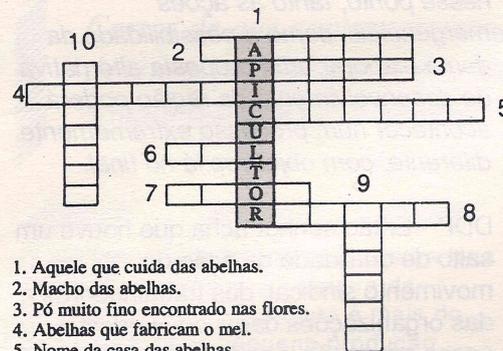
LOGO ANTES DO INVERNO
DEVEMOS O MATO ROÇAR
NÃO PRECISA BOTAR FOGO
PARA O MATO QUEIMAR
DEPOIS DELE APODRECER
A TERRA VAI MELHORAR.

DEPOIS DO TRABALHO FEITO
NOSSA PRODUÇÃO MELHORA
PRÁ COMÉRCIO DO PRODUTO
JÁ ESTÁ CHEGADA A HORA
VAMOS FAZER BONS NEGÓCIOS
SENÃO A COISA PEORA

PRECISAMOS LIDERANÇAS
EM NOSSA COMUNIDADE
PARA TRABALHAR CONSTANTE
EM SUA SOCIEDADE
QUE SOZINHO NINGUÉM PODE
ARRANJAR FELICIDADE



Palavras cruzadas *



1. Aquele que cuida das abelhas.
2. Macho das abelhas.
3. Pó muito fino encontrado nas flores.
4. Abelhas que fabricam o mel.
5. Nome da casa das abelhas.
6. Produto doce fabricado pelas abelhas.
7. De onde as abelhas tiram o néctar.
8. Principal abelha de enxame.
9. O que as abelhas tiram das flores para fabricar o mel.
10. Local onde se criam abelhas.

RESPOSTAS:

1. Apicultor; 2. Zangão; 3. pólen; 4. Operárias; 5. colmeia; 6. mel; 7. flor; 8. rainha; 9. néctar; 10. apiário.

*Almanaque do Pequeno Produtor 1993 - PATAC

